



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

PROJETO BÁSICO

**Execução de Serviços de Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, localizado na Avenida
Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	6
3. OBJETO E LOCALIDADE.....	6
4. ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	7
5. PRAZO	8
6. PLANO DE TRABALHO E PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	8
7. DA EXECUÇÃO	10
7.1 Diretrizes Gerais e Normas Construtivas	10
7.2 Administração Local.....	13
7.3 Mobilização e Desmobilização	13
7.4 Instalações Provisórias	14
7.5 Canteiro de Obras.....	14
7.6 Tapumes.....	14
7.7 Placa de Obra	15
7.8 Trânsito e Sinalização.....	15
7.9 Demolições de Emboço - Fachada	16
7.10 Pintura de Fachadas	17
7.11 Serviços Preliminares	18
7.12 Andaimos e Proteção de Fachada.....	18
7.13 Cobertura	18
7.14 Impermeabilização de Reservatório de Água.....	19
7.15 Fornecimento de Mão-de-obra, Equipamentos e Serviços.....	19
7.16 Fornecimento de Materiais	19



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

7.17 Retirada de Entulho.....	20
7.18 Reparos, Retoques, Limpeza e Entrega das Obras.....	20
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	21
9. ART/RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	21
10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	21
11. FORMAS DE AVALIAÇÃO	22
12. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	22
13. PRAZOS E MEDIÇÕES	22
13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	22
14. GARANTIA DOS SERVIÇOS.....	23
15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	23
16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	25
17. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS.....	28
18. ESPECIFICAÇÕES.....	28
18. SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	29
19. REGULAMENTAÇÃO DE PREÇO.....	30
20. RESPONSABILIDADE LEGAL/ FISCAL	32
21. DAS PROPOSTAS	32
22. VISTORIA	33
23. OBRAS CIVIS	34
24. RECEBIMENTO DA OBRA	34
25. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	36
27. PRODUTOS E SUBPRODUTOS VEGETAIS.....	44
28. DIARIO DE OBRAS	46
29. MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E INSTRUÇÃO DE OPERAÇÃO EUSO	46
TAPUME.....	47



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

VALE ALIMENTAÇÃO E VALE TRANSPORTE	47
LICENÇA, TAXAS E SEGUROS	47
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	48
SUBCONTRATAÇÃO.....	48
30. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	48
31. DA POLÍTICA AMBIENTAL	49
32. GARANTIA	49
33. ORDEM DE INÍCIO.....	50
34. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	50
35. DOS CUSTOS.....	50
36. DOS ANEXOS	51
37. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO.....	51
38. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto Básico estabelece condições técnicas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de “**Execução de Serviços de Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ, 24370-005**”. Foi elaborado conforme os requisitos do artigo 11 do Decreto estadual nº 46.642/2019.



Figura 1: Conjunto Habitacional Preventório - Charitas - RJ

Trata-se de **Execução de Serviços de Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ, 24370-005**.

No terreno no qual se localizava parte do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba - HPJ, às margens da Avenida Prefeito Silvio Picanço, hoje deu lugar ao Conjunto Habitacional Preventório, com aproximadamente 248 unidades habitacionais, construído pela Secretaria de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Obras e financiado com recursos do PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento).

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a atividade finalística desta Empresa Pública, alínea “c”, inciso I do art. 3º do Estatuto da EMOP-RJ.

Considerando o lapso temporal entre a sua implantação e os presentes dias, o referido **Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ**, encontra-se deteriorado devido à falta de manutenção no período, bem como do seu entorno.

É competência do ente estatal, na forma do art. 73, incisos IX e X da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Considerando que a EMOP-RJ, no cumprimento de suas atribuições institucionais, visa elaborar soluções para mitigar danos causados a prédios públicos e afins, com a finalidade de restaurar a segurança, valorização e cidadania da coletividade.

3. OBJETO E LOCALIDADE

O objeto do presente Projeto Básico é a **Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para a Execução de Serviços de Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ, 24370-005**, em conformidade com as especificações do presente Projeto Básico, do Edital de Licitação e seus anexos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ



Figura 2: Conjunto Habitacional Preventório

4. ESCOPO E NATUREZA DOS SERVIÇOS

As ações a seguir fazem parte do objeto descrito neste Termo de Referência, porém não se limitam, devendo a CONTRATADA proceder todos os serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

➤ Serviços Preliminares

- Mobilização de Obra;
- Locação de andaimes;
- Instalação de Canteiro;
- Proteções de fachada;
- Remoção de escombros e bota-fora;

➤ Serviços de Reforma e Readequação – Fachadas

- Recuperação de fachadas;
- Pintura de Fachadas
- Revisão de cobertura;
- Recuperação de Cobertura;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

- Recuperação de esquadrias e gradis;
- Recuperação de pisos;
- Instalações elétricas.

Em razão da natureza dos serviços a serem executados o objeto pode ser caracterizado como **serviço comum de engenharia**, já que os padrões de desempenho e qualidade podem e forma objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

5. PRAZO

O prazo de execução dos serviços será de 6 (seis) meses, obedecendo-se os prazos parciais constantes no Cronograma Físico-Financeiro, anexo III, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início, enquanto o prazo de vigência será de 11 (onze) meses a contar da data da publicação do extrato do contrato.

6. PLANO DE TRABALHO E PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

O Plano de Trabalho é um instrumento de gestão para a FISCALIZAÇÃO de relevada importância para o controle de qualidade dos produtos e controle dos prazos estabelecidos pelo cronograma de contratação, pré-requisitos fundamentais, os quais poderão comprometer o andamento das atividades de projeto, ocasionando atraso à execução das obras e prejuízos aos erários públicos.

A CONTRATADA deverá apresentar sua estruturação, metodologia e organização para desenvolvimento dos serviços, incluindo um plano de execução global e por fase e o seu desdobramento em etapas. Deverão ser apresentados: listagem das atividades, cronograma de execução, organograma, fluxograma das atividades, métodos de desenvolvimento dos serviços. O Plano de Trabalho deverá ser composto no mínimo dos seguintes elementos:

- ☐ **Plano de Execução** - Descrição de todas as atividades inerentes aos serviços a serem realizados nos seus aspectos técnicos e econômico-financeiros, adequadas ao cronograma físico proposto pela CONTRATADA, detalhando a elaboração de cada serviço, dos produtos e etapas associadas às datas, inclusive definição das frentes de serviços.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

- ✓ Certificar que os fragmentos resultantes de demolições das calçadas, meio fio, blocos e outras peças existentes (interferências) sejam reduzidos ao máximo, permitindo seu fácil carregamento para um local adequado.
 - ✓ Identificar o passo a passo de todas as ações de forma controlada, minimizando a consequente produção de poeiras, ruído e vibrações, e garantindo a segurança de pessoas e bens.
 - ✓ Listar todos os equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços e o transporte.
 - ✓ Listar os profissionais da empresa responsáveis, que deverão ter experiência e pleno conhecimento de novas técnicas e materiais utilizados na execução da obra urbanização da área do Parque.
 - ✓ Prever sinalização de área perigosa, como também deverá restringir o acesso para apenas pessoas como o uso dos EPI's cabível para tal execução.
 - ✓ Apresentar Cronograma de Etapas dos serviços.
- ☐ **Metodologia** - Descreve a forma, métodos e técnicas propostas para procedimentos de avaliação periódica, formas de comunicação, formatação de documentação das atividades e padronização de documentos, elaboração dos produtos e execução das atividades propostas pelo Plano de Execução.
- ☐ **Tecnologias e Recursos Materiais a Serem Empregados** - Deverão ser descritas as tecnologias, as instalações e demais recursos materiais que a CONTRATADA utilizará para a elaboração do trabalho, incluindo a descrição dos recursos de informática, hardware e software, que serão utilizados.
- ☐ **Cronograma Físico (de Execução)** - Compreende o cronograma detalhado de elaboração dos serviços, consistente com os marcos do Contrato definidos pela EMOP, conforme contratado, considerando eventos de definição de prioridades de projeto pela EMOP, demarcando os prazos de elaboração de cada atividades, produtos e subprodutos, indicando o início e conclusão de cada etapa, as quais serão consideradas datas-marco.
- ☐ **Organograma** - Deverá ser apresentado com descrição das funções chave e indicação da equipe técnica responsável.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

- **Fluxograma das Atividades** - Deverão ser apresentados os elementos necessários para o completo entendimento do trabalho, contemplando as atividades a serem desenvolvidas a partir das diretrizes definidas neste documento

Para o acompanhamento dos trabalhos serão realizadas reuniões sistemáticas de periodicidade quinzenal, ou extraordinárias quando necessárias, na sede da EMOP com a participação do Coordenador Geral e membros da equipe da CONTRATADA envolvidos com as atividades em curso.

Para o planejamento dos serviços de campo, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, plantas contendo a especificação e localização dos serviços. Todo o programa de investigações deverá receber a aprovação prévia por parte da equipe de FISCALIZAÇÃO da EMOP.

O Plano de Trabalho deverá necessariamente refletir o consenso sobre essas questões entre a CONTRATADA, a CONTRATANTE e demais agentes envolvidos. Sempre que, durante os trabalhos, for reconhecida a necessidade de mudanças significativas em relação ao planejamento inicial, o Plano de Trabalho com a revisão do Relatório de Programação das Atividades, deverá ser formalmente reapresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

7. DA EXECUÇÃO

As atividades a seguir integram parte do objeto, porém não se limitam, devendo a CONTRATADA proceder todos os serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

7.1 Diretrizes Gerais e Normas Construtivas

A implantação das obras estará em conformidade com os elementos do Projeto, atendendo às seguintes diretrizes básicas:

- As obras serão implantadas em conformidade com a legislação brasileira, Normas Técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Para o acompanhamento dos trabalhos serão realizadas reuniões sistemáticas entre a FISCALIZAÇÃO da EMOP ou seu Preposto e a CONTRATADA;
- Ao final de cada etapa a FISCALIZAÇÃO fará uma avaliação dos resultados do trabalho. A avaliação será encaminhada para a CONTRATADA que, quando for o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

caso, deverá proceder aos ajustes, alterações ou complementações solicitadas pela FISCALIZAÇÃO;

- No caso de alterações e/ou ajustes no planejamento de execução das obras, a CONTRATADA deverá apresentar para aprovação da FISCALIZAÇÃO, a revisão do “Plano de Ataque das Obras” e o respectivo cronograma de execução dos serviços revisado;
- A CONTRATADA deverá valer-se basicamente dos dados constantes de trabalhos existentes ou de outras fontes dignas de crédito. Todo dado utilizado deverá ter sua fonte perfeitamente identificada. Caso encontre lacunas, a CONTRATADA deverá prever a maneira de preenchê-las, seja buscando outras fontes, seja adotando hipóteses simplificadoras. No segundo caso, a CONTRATADA deverá propor uma forma de se obter esses dados no futuro e aferir as hipóteses adotadas;
- A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

Caberá à CONTRATADA a instalação do canteiro de obras, aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos trabalhos contratados, inclusive escritório e instalações sanitárias.

Todo o equipamento deverá sofrer manutenção constante a fim de garantir o bom funcionamento e segurança do mesmo. A quantidade de equipamentos empregados na construção da obra deverá ser compatível com a especificidade e quantidade de serviços, de tal forma que permita a manutenção de um ritmo de trabalho constante mesmo durante os serviços de manutenção ou eventuais quebras dos mesmos.

Todos os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, obedecendo fielmente às determinações do Projeto, do Memorial Técnico e da CONTRATANTE. Para que a implantação das obras seja efetuada com eficácia é indispensável que sejam executadas de acordo com o Projeto Básico, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE.

A coordenação geral deverá ficar a cargo de profissional, qualificado e registrado no CREA, e será auxiliado por engenheiros de campo, cuja presença no local dos trabalhos deverá ser permanente, objetivando supervisionar e orientar a execução dos serviços, e prestar todos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

os esclarecimentos necessários.

A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento técnico da obra e efetuar a direção técnica com os seguintes objetivos:

- Ajuste, adequação, complementação e programação e ensaios;
- Verificar e atender a conformidade com o projeto;
- Verificar o atendimento das especificações de projeto;
- Desenvolver ou complementar as Especificações Técnicas;
- Execução de relatórios de visita e de acompanhamento;
- Abertura e manutenção de um diário de obras, devidamente assinado pelo representante da Contratada e da Fiscalização da EMOP;
- Orientação, verificação e liberação dos serviços topográficos e de controle tecnológico;
- Assumir a responsabilidade de execução da Obra.

Antes de se iniciarem os serviços, deverá ser efetuado um planejamento cuidadoso da obra a ser construída, definindo, entre outros:

- Remanejamento provisório ou definitivo de outros equipamentos públicos que interfiram com a obra;
- Localização do canteiro de serviços;
- Espaços necessários para a livre movimentação de pessoal, equipamento e materiais dentro da área de trabalho.

A empresa CONTRATADA deverá manter no local da obra:

- Livro de ocorrência diária (Diário de Obras) a ser fornecido pela CONTRATADA;
- Uma via do Contrato;
- Cópias dos Projetos e detalhes de execução;
- Registro das alterações regularmente autorizadas;
- Cronograma físico-financeiro;
- Relação dos recursos de pessoal, material e equipamento alocado na obra;
- Relatório fotográfico com antes, durante e depois da execução dos serviços.

Qualquer alteração ou modificação somente poderá ser feita após a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO. Durante a execução das obras somente poderão ser utilizados materiais que sejam reconhecidamente de primeira qualidade e que estejam rigorosamente dentro das



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

especificações apresentadas. Todos os materiais que forem impugnados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do canteiro de obras rigorosamente dentro do prazo por ela determinado.

A CONTRATADA tomará as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

A CONTRATADA deverá tomar conhecimento das condições locais que podem influir nos preços e prazos da execução da obra e comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO.

Todos os serviços de caráter especial deverão ser realizados com mão-de-obra especializada, para que a obra se apresente dentro do padrão de qualidade requerido.

A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de exigir o imediato afastamento do canteiro de obras de qualquer integrante da equipe CONTRATADA que não apresente os necessários requisitos a uma mão-de-obra especializada. Os serviços que não forem aprovados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos sem que acarrete nenhum ônus para o Contratante.

7.2 Administração Local

Compreende, dentre outros, as despesas para atender às necessidades dos serviços com todo o corpo técnico e administrativo e de apoio dimensionado para a execução dos serviços.

7.3 Mobilização e Desmobilização

Compreende o conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das atividades. Inclui-se nestes serviços a disponibilização das equipes técnicas envolvidas com o desenvolvimento dos projetos e obras, o preparo no local das obras de todos os equipamentos, material e instalações necessárias à execução dos serviços contratados.

A CONTRATADA deverá iniciar a mobilização imediatamente após a Ordem de Início do contrato, de acordo com os prazos e necessidades estabelecidos no Cronograma de Obra e no planejamento Básico das instalações do canteiro de obras.

Os serviços de desmobilização consistirão na desmontagem e retirada de todas as estruturas, construções e equipamentos do canteiro de obras. Incluídos ao item desmobilização de pessoal, bem como a limpeza geral e reconstituição da área à situação original.

7.4 Instalações Provisórias

Compreendem as construções de natureza provisória (água, luz e esgoto), indispensáveis



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

ao funcionamento do canteiro de serviços, de maneira a dotá-lo de funcionalidade, organização, segurança e higiene, durante todo o período em que se desenvolverá a obra, em obediência à Norma NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção.

7.5 Canteiro de Obras

Caberá à CONTRATADA a instalação do canteiro de obras, aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos trabalhos contratados, inclusive escritório e instalações sanitárias. Todo o equipamento deverá sofrer manutenção constante a fim de garantir o bom funcionamento e segurança do mesmo.

Deverá ser executada limpeza da área das intervenções visando a perfeita implantação e locação do canteiro e desenvolvimento da obra.

As áreas de trabalho fixas e temporárias do canteiro de obras deverão seguir a NR18, NBR 12264/1991 e as normas técnicas brasileiras vigentes. O canteiro de obras será instalado próximo ao centro de gravidade da obra e de fácil acesso. A localização do canteiro deverá obedecer à legislação vigente e aprovada pela FISCALIZAÇÃO. O local escolhido para o canteiro de obras deverá ter acesso fácil, sempre que possível, estar localizado em área que traga o menor prejuízo ao trânsito nas proximidades do mesmo tendo seu perímetro fechado (tapume).

Serão obedecidos os procedimentos referentes à segurança e higiene do trabalho, trânsito de pedestre e veículos.

7.6 Tapumes

Os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados conforme o Projeto e as recomendações da norma NR-18 da ABNT. Devem ser utilizados quando necessário, conforme aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Podem ser empregadas, sem solução de continuidade, dispostas de prumo e encostadas no solo, chapas de madeira compensada, tábuas ou chapas de metal.

A vedação lateral deve ser feita de maneira a impedir completamente a passagem de terra ou detritos. A sustentação vertical das chapas ou placas e a estabilidade do conjunto devem ser feitas por elementos de madeira ou metal.

7.7 Placa de Obra



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

A CONTRATADA será responsável por fornecer e instalar as placas devidas da obra, em locais previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO, conforme legislação dos órgãos pertinentes, inclusive da EMOP.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações fornecidas pela EMOP. Deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas com pintura a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico pela sua durabilidade e qualidade.

As placas serão afixadas pela CONTRATADA, em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. A CONTRATADA será responsável por manter as placas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

7.8 Trânsito e Sinalização

Deverá a CONTRATADA providenciar procedimentos de trânsito e sinalização horizontal e vertical visando a proteção de trabalhadores, usuários e transeuntes quando expostos a situações anormais na via pública junto ao acesso principal do parque.

Quando as obras se desenvolverem em vias e/ou áreas públicas deverá a CONTRATADA, proceder à execução de:

- 7.8.1** Faixas de segurança para o livre trânsito de pedestres, especialmente junto a escolas, hospitais e outros polos de concentração, em perfeitas condições de segurança durante o dia e à noite;
- 7.8.2** Proteção das vias de acesso fechadas ao trânsito com barreiras, com adequada sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, serem iluminadas e, em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados;
- 7.8.3** Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvios, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

A CONTRATADA deverá aprovar junto à Prefeitura local o esquema de trânsito provisório, indicando a necessidade de alterações quanto à mobilidade local. A padronização dos sinais e dispositivos de segurança de obras deve seguir obrigatoriamente a Legislação Municipal, tendo como principais objetivos advertir e informar os usuários, com a antecedência devida, sobre a ocorrência de anormalidades na via; canalizar com segurança o fluxo de tráfego, diminuindo assim o impacto causado sobre os usuários da via e evitando manobras conflitantes, além de delimitar o entorno do local da anormalidade.

Toda a área do canteiro deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos (externamente à obra), indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes. Para que a sinalização seja efetiva, devem ser considerados os seguintes fatores para os seus dispositivos: posicionamento dentro do campo visual do usuário; legibilidade das mensagens e símbolos; mensagens simples e claras; epadronização.

Deverá ser previsto mecanismo de segurança interna para controle e vigia das instalações, almoxarifados, portaria e disciplina interna, cabendo à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução das obras até a sua entrega definitiva.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Projeto Básico, deverá ser implantada a sinalização horizontal e vertical, visando à segurança dos usuários, a ordenação e orientação do tráfego de veículos e pedestres na área de projeto, todos os procedimentos deverão seguir a Legislação Municipal e às Normas existentes do DER-RJ.

Deverá ser indicada toda a sinalização prevista para as áreas e vias públicas em planta e em detalhes, de forma que seja possível sua perfeita implantação, a limitação das áreas de estacionamentos.

7.9 Demolições de Emboço - Fachada

A substituição da camada de emboço deve ser realizada em observância às normas, métodos e especificações da ABNT, reservando-se à FISCALIZAÇÃO o direito de impor limite mais rigoroso. Deverão ser tomadas precauções para a boa marcha dos trabalhos de demolição, na ocorrência de chuvas. As passagens de água, canaletas, sarjetas e bocas de lobo deverão ficar desimpedidas para o recebimento de águas pluviais e adotadas providências para que não sejam carreados para elas detritos ou material demolido.

Quando inaproveitável, os materiais deverão ser removidos para os bota-foras



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

definitivos, previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a dar, logo que possível, melhores condições de circulação.

Antes do início dos serviços a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da estrutura a ser demolida. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na demolição do emboço e as condições das construções vizinhas. Sendo de responsabilidade da contratada, delimitação, segurança e sinalizando das áreas de trabalho, evitando a aproximação de pessoas não envolvidas no processo. A execução dos serviços de demolições e remoções deverá atender às prescrições da NR 18.

Durante a execução deste serviço, deverá ser realizada a devida sinalização de área perigosa, como também deverá restringir o acesso para apenas pessoas como o uso dos EPI's cabível para tal execução. Este serviço deverá ser executado com o auxílio de equipamentos adequados, visando dar celeridade na execução da nova fachada, impactando o mínimo o possível no trânsito de pessoas e veículos da área, bem como reduzir o acúmulo de resíduos dentro área de atuação

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Execução da Demolição e Gerenciamento de Resíduos, para aprovação junto à comissão de FISCALIZAÇÃO. Os serviços de demolição deverão ser programados para serem executados imediatamente após a autorização da FISCALIZAÇÃO. Os equipamentos e equipes de demolição e remoção deverão estar disponíveis para serem utilizadas, atendendo à demanda da programação fornecida pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área, ao término dos serviços. Deverá ser evitado o acúmulo de entulho no entorno, evitando-se o acúmulo que provoque sobrecarga excessiva sobre a estrutura provisória instalada para execução dos serviços.

Os locais de descarte de material devem estar adequadamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO do contrato e pelo órgão competente, devendo ser observada a Lei Federal nº 12.305/2010 e a Resolução CONAMA 307/02.

7.10 Pintura de Fachadas

O serviço de pintura deverá ser realizado em observância às normas, métodos e especificações da ABNT, reservando-se à FISCALIZAÇÃO o direito de impor limite mais rigoroso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

A pintura deverá ser executada com tinta classificação Premium ou Standard, semibrilhante seguindo as exigências de padrões de qualidade da NBR 15079, com uma demão de selador e duas demãos de acabamento, aplicados sobre superfície existente ou massa única a ser implantada em pontos necessários.

7.11 Serviços Preliminares

Os serviços preliminares referem-se aos serviços fundamentais geralmente de caráter complementar aos serviços principais ou até mesmo nos casos em que necessário incluir serviço de proteções diversas. Também incluem os serviços instalação de canteiro e mobilização e demais serviços de apoio como por exemplo locação de andaimes e contêiner, necessários para execução das obras.

7.12 Andaimes e Proteção de Fachada.

Deverá ser previsto instalação de andaime com elementos tubulares sobre sapatas fixas em toda área de projeção vertical onde serão executados os serviços de recuperação da fachada e pintura.

Deverá ser instalada plataforma de proteção a transeuntes (para-lixo) em todo período de execução de serviços em todas as unidades.

7.13 Cobertura

Deverá ser realizados serviços de substituição e recuperação de coberturas em telhas cerâmicas francesas, inclusive madeiramento. Para as telhas que apresentam condições de reaproveitamento, será realizado serviço de retirada e limpeza para reaproveitamento das mesmas.

Antes do início dos serviços a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da estrutura a ser retirada. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na retirada e as condições da mesma. Sendo de responsabilidade da contratada, a delimitação, segurança e sinalizando das áreas de trabalho, evitando a aproximação de pessoas não envolvidas no processo. A execução dos serviços de demolições e remoções deverá atender às prescrições da NR 18.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

7.14 Fornecimento de Mão-de-obra, Equipamentos e Serviços

A empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, EPIs (equipamentos de proteção individual), equipamentos em geral, ferramentas, maquinarias, mão-de-obra e tudo o mais necessário à perfeita execução da obra. As leis sociais são de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, assim como alimentação e transporte dos seus funcionários. Deverá a empresa CONTRATADA atender a legislação de segurança no trabalho vigente.

7.15 Fornecimento de Materiais

Todos os materiais necessários à completa execução da obra serão fornecidos pela CONTRATADA e às suas expensas. Os materiais a serem empregados serão novos e deverão ser submetidos a exame e aprovação, antes da sua aplicação, por parte da FISCALIZAÇÃO, a qual caberá impugnar seu emprego se não atendidas as condições exigidas nas presentes especificações.

Os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do canteiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 horas. A CONTRATADA não poderá manter no local da obra quaisquer materiais ou equipamentos estranhos à obra.

Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT e em caso de inexistência destas, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas.

A CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO e manter, permanentemente atualizada, lista dos fornecedores de materiais e equipamentos empregados na obra.

A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

7.16 Retirada de Entulho

A CONTRATADA será responsável pela correta disposição de todo o entulho proveniente da obra garantindo o lançamento do entulho em áreas aprovadas pelos órgãos ambientais competentes. A CONTRATADA deverá seguir as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil conforme Resolução CONAMA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

307 de 5 de julho de 2002.

Não será permitida a permanência de entulhos nos locais e adjacências das áreas do empreendimento, nem a sua disposição nos locais de aterros.

O material de bota fora qualificado resultante das escavações, sempre que possível, deverá ser reutilizado nas áreas do empreendimento, para preenchimento de valas e reaterros.

A CONTRATADA deverá:

- 7.16.1** Transportar por sua conta e risco os entulhos, retirando-os das dependências da CONTRATANTE, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte.

7.17 Reparos, Retoques, Limpeza e Entrega das Obras

Todos os danos causados a serviços adjacentes, durante o andamento dos serviços especificados, deverão ser reparados sob total responsabilidade da CONTRATADA.

Após a conclusão de cada serviço, e antes do início da limpeza deverão ser efetuados os retoques necessários e executada a respectiva proteção. Imediatamente após a conclusão de cada serviço, e antes da sua apresentação à gerência para a vistoria e aprovação final, a CONTRATADA deverá executar a sua limpeza.

Após a conclusão total da obra a CONTRATADA deverá efetuar sua limpeza geral, colocando-a em condições de uso, devendo os detritos, equipamentos, ferramentas e instalações auxiliares serem removidas.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico de ter realizado quantitativos mínimos dos serviços nas seguintes metragens:

- ☐ Pintura Com Textura Acrílica Aplicada - **7.560,00 m²**
- ☐ Colocação de Cobertura em telha cerâmica colonial – **735,00 m²**
- ☐ Instalação de Guarda-corpo de ferro – **239,20 m²**

Ou poderá ser apresentado a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável com a comprovação mencionada.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Serão aceitos CAT - Certidão de Acervo Técnico, que separadamente complementem as atividades acima exigidas, porém, **não serão aceitas as somas das áreas.**

As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes.

9. ART/RRT - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A CONTRATADA será responsável por emitir e registrar em órgão competente ART referente às Obras executadas.

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) deverá ser concedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU).

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão e fiscalização dos serviços ficará a cargo da EMOP, os quais serão acompanhados por funcionários designados pelo diretor/presidente. Compete a eles acompanhar, analisar e conferir a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem.

11. FORMAS DE AVALIAÇÃO

A forma de avaliação quanto ao desempenho das obrigações da CONTRATADA, obedecerão aos seguintes critérios objetivos:

- 1) Execução fiel do escopo, usando as metodologias prescritas neste Projeto Básico;
- 2) Execução fiel aos quantitativos previstos em Planilha Orçamentária;
- 3) Cumprimento aos prazos estabelecidos no Cronograma Físico e em comum acordo com a Fiscalização do contrato.

Para os serviços executados, serão emitidos os Relatórios de Andamento que deverão ser levados ao conhecimento da CONTRATADA, para que sejam feitas às devidas correções.

12. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Os recursos alocados nos serviços serão utilizados em regra no horário 07:00h (sete) às 17:00h (dezessete) com intervalo de 01h (uma) para refeição dos colaboradores, de segunda a sexta e havendo necessidade, devidamente autorizada pela fiscalização, os serviços poderão ter até 02h (duas) horas extras diárias.

Em situações extraordinárias, e com aviso prévio de no mínimo 4 horas de antecedência, a CONTRATADA poderá ser requisitada a trabalhar aos sábados, domingos e feriados.

13. PRAZOS E MEDIÇÕES

O prazo total de execução dos serviços será de **6 (seis) meses**, a contar da emissão da Ordem de Início, as medições serão emitidas a cada 30 (trinta) dias, obedecendo-se os prazos e percentuais constantes no Cronograma Físico-Financeiro. A critério da fiscalização e desde que devidamente justificado serão permitidas medições parciais.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Após a liberação para o pagamento, cumpre-se o prazo de 30 (trinta) dias a contada data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. Os pagamentos serão condicionados à efetiva prestação e à aferição dos resultados entregues, proporcional ao objeto executado.

Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATADA, importará na prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Quaisquer serviços executados pela CONTRATADA sem prévia autorização por escrito da autoridade competente da EMOP correrá por sua conta em risco, sem direito a quaisquer indenizações.

Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

A contratada também é obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a e d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

15. GARANTIA DOS SERVIÇOS

O prazo de garantia dos serviços não será inferior a 60 (sessenta) meses quando da execução dos serviços, contados sempre da data de emissão do “Termo de Recebimento Provisório” e, ao final do contrato, da data de emissão do “Termo de Recebimento Definitivo”. A garantia, neste período de vigência contratual, incluirá o refazimento dos serviços e, se for o caso, a substituição de materiais e produtos por outros mais eficazes.

Por garantia entende-se que é aquela oferecida pela contratada, contra defeito de execução dos serviços e a respectiva assistência técnica, a ser dada no local onde serão executados os serviços.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II) fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III) exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:
 - a. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.

- b.** O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados;

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)** conduzir os serviços de acordo com as normas de serviço e especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b)** prestar os serviços nos endereços constantes do Termo de Referência;
- c)** prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

níveis de trabalho;

- d)** iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e)** comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f)** responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h)** designar e manter preposto, nos locais dos serviços, que deverá se reportar diretamente ao fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i)** elaborar relatório com fotografias sobre a prestação dos serviços e, sempre que solicitado pela EMOP, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e/ou quaisquer outros fatos relevantes sobre a execução do objeto contratual;
- j)** manter em estoque um mínimo de materiais, produtos, ferramentas, utensílios e equipamentos de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- k)** manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- l)** cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- m)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à contratante, aos usuários ou terceiros.
- n)** observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- o)** na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500 3%;
- III - de 501 a 1.000 4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.

- p)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente do exercício de suas atividades por seus prepostos ao patrimônio da EMOP, suas instalações, aos usuários ou terceiros, ainda que praticados por atos omissos/negligentes ou imperitos;
- q)** na ocorrência de acidentes em que forem vítimas seus empregados e/ou prepostos em decorrência da execução da prestação de serviço, ou em sua conexão ou contingência, deverá a contratada assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho;
- r)** não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidos em razão do contrato, e não utilizar o nome da EMOP para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;
- s)** dispor de meios de comunicação (telefones, e-mail, rádio, etc.) para contato direto pela EMOP;
- t)** a contratada, obriga-se à oferecer a seus empregados as garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança e higiene de trabalho, mediante o uso de meios acautelatórios na execução dos serviços com o fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI);
- u)** responsabilizar-se pelo seguro de acidentes de trabalho de seus empregados/prepostos quando estes forem vítimas em razão da execução dos serviços, ou em sua conexão ou contingência, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas em lei;
- v)** observar conduta adequada na utilização dos produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- w)** caberá exclusivamente à empresa a guarda e vigilância dos produtos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade durante o período de vigência contratual que eventualmente se encontrem nas dependências das unidades



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

administrativas da EMOP;

- x)** manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;
- y)** responsabilizar-se inteiramente pela integridade física dos seus materiais, produtos, ferramentas, utensílios e equipamentos, obrigando-se a reparar, às suas custas, os danos ou prejuízos causados em decorrência de imperícia técnica e negligência no cumprimento das obrigações assumidas;
- z)** não permitir que seus empregados quando em serviço organizem jogos de quaisquer espécies, venda de objeto ou gênero alimentício, fazer uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes ou qualquer outro elemento que afete o desempenho físico e/ou psíquico;
- aa)** Na execução contratual, a gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação do serviço em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- bb)** fornecer, durante a vigência do contrato, todos os produtos, materiais, equipamentos e utensílios inerentes, em quantidades suficientes à adequada execução dos serviços. Os produtos e materiais deverão ser sempre de primeira qualidade;
- cc)** emitir Certificado de garantia dos serviços, de no mínimo 60 (sessenta) meses, em papel timbrado da empresa devidamente assinado, na forma do item XII do art. 19 da Lei n.º 7806/17;

18. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

O Critério de Julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos neste Termo.

19. ESPECIFICAÇÕES

Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer as especificações da ABNT (aprovados, recomendados ou projetados) e,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

ainda, serem de qualidade, modelo, aprovados, pela EMOP.

Em casos especiais tratando-se de material para o qual não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.

Na composição de preços, o custo dos materiais fornecidos pela Contratada é considerado posto obra.

a) INSPEÇÃO

Todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, teste e aprovação. A amostra será fornecida pela Contratada e deverá ser representativa do material a ser usado.

O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela Fiscalização, deverá ser retirado e substituído pela Contratada sem nenhum ônus adicional para EMOP.

b) MARCA E PATENTE

A Contratada será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se ou incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licenças de utilização.

c) ARMAZENAMENTO

A Contratada tomar todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários a confecção do concreto, A Contratada devesse obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, e mais as recomendações desta Especificação.

18. SERVIÇOS DE TERCEIROS

São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da Contratada. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a Contratada que se afigura como única responsável perante EMOP.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

a) Preços

Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados, e cobrirão todos os custos previstos na composição e regulamentação de preços e todas as despesas indiretas e diretas.

Os preços contratados, globais e unitários, estarão limitados superiormente pelo preço orçado pela EMOP. Que figurarão como preços máximos. Não será adjudicado objeto ao licitante que mantiver em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido.

A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos na regulamentação de preços e especificações, conforme o regime de execução adotado.

b) Benefícios e Despesa Indiretas – BDI

Taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra. Encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os tributos e fretes incidentes. Salvo condições expressa às contrários, remunerar as despesas a seguir:

Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:

1. Administração Central
2. Impostos sobre o Faturamento (*)
3. Seguro Garantia
4. Despesas Financeiras
5. Risco
6. Lucro
7. INSS (Lei 13.165/15)

Quadro analítico dos percentuais de BDI fonte – EMOP – 2022

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-T)}$$

- AC - Administração central



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

- S - Taxa de seguros
- R - Taxa de risco
- G - Taxa de garantias
- DF - Taxa de despesas financeiras
- L - Taxa de lucro/remuneração
- T - Taxa de incidência de impostos

19. REGULAMENTAÇÃO DE PREÇO

Serviços Extracontratuais:

Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos de aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentaria, serão observados os seguintes requisitos:

- Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.
- Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentaria da obra, a inclusão dos itens deverá atender ao que se segue:
 - a. Caso o SINAPI ou EMOP contemple o serviço e todos os seus insumos também sejam novos, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas aplicados sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da EMOP.
 - b. Caso o SINAPI ou EMOP contemple o mesmo serviço e algum de seus insumos já esteja presente nas composições dos outros serviços apresentados pela Contratada, o custo deste será o mesmo apresentado na proposta vencedora, o qual também está condicionado ao limite máximo orçado pela EMOP. Os demais insumos receberão o mesmo tratamento recomendado na alínea “a”.
 - c. No caso da alínea “b”, quando nas composições apresentadas pelo Contratado seja observada a atribuição de dois ou mais preços para o mesmo insumo, prevalecerá o menor.
 - d. Caso o item não seja contemplado pelo SINAPI ou EMOP serão usadas como base para formação dos novos preços as condições das tabelas para Composição de Preço para Orçamento, do SINAPI ou EMOP, cujos custos serão alimentados da forma apresentada a seguir, adotando a mesma ordem como escala de prioridade:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

- Utilizando aqueles apresentados na proposta vencedora;
 - Utilizando aqueles constantes da tabela de insumos do SINAPI ou EMOP aplicando mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da EMOP.
 - Utilizando o menor custo dentre os obtidos em três cotações no mercado;
- e. Quando o item não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores o preço adotado será o menor dentre os obtidos em três cotações no mercado;

Regulamentação dos preços de serviços

Nos preços cotados deverão estar inclusos materiais, mão de obra encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos; enfim, quaisquer outras despesas necessárias a realização dos serviços.

20. RESPONSABILIDADE LEGAL/ FISCAL

- a) A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.
- b) As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- c) Toda equipe de trabalho deverá estar vinculada a CONTRATADA pela CLT, não se admitindo trabalhadores em condições ilegais.
- d) Toda equipe de trabalho deverá estar equipada com ferramentais compatíveis com a tarefa além de fardamento, sapatos, capacete e outros utensílios de segurança quando necessário. Sendo todos os funcionários devidamente identificados.
- e) Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva dela, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

21. DAS PROPOSTAS

A PROPOSTA DE PREÇOS, a qual será apresentada em uma via, na língua portuguesa, impressa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa proponente, devidamente carimbada e assinada pelo representante legal da licitante na última página e rubricadas nas demais, devendo ser elaborada obrigatoriamente de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Projeto Básico, bem como especificações dos fabricantes, normas técnicas pertinentes a conter as seguintes indicações:

- a) A proposta deverá conter preço unitário e total fixo e irrevogável, em moeda corrente nacional, com todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, para fiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, montagem, instalação incluindo teste e ativação dos equipamentos ofertados.
- b) Os materiais necessários à instalação integral dos equipamentos a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante dos serviços de instalação
- c) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas;
- d) Para as propostas que omitirem o seu prazo de validade fica estabelecido que este prazo é o estipulado neste Projeto Básico;
- e) Nos preços oferecidos deverão estar contidos todas as despesas decorrentes da impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, anotação de Responsabilidade técnica junto ao CREA ou a CAU RJ demais encargos cabíveis e outros.
- f) Nome, identidade, CPF e profissão e endereço do (s) representante legal da empresa que assinar o Contrato, na hipótese de vencedora do certame;
- g) Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado. Ou com preços manifestamente inexequíveis, podendo para tanto, exigir por ocasião da análise de preços, a demonstração da viabilidade deles, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com o mercado;
- h) Serão considerados habilitados os Licitantes que atenderem integralmente às condições



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

previstas no Edital.

- i) Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o menor preço total.

22. VISTORIA

A licitante poderá, facultativamente, realizar vistoria no local em que será realizado os serviços, mediante agendamento por e-mail da Diretoria de Manutenção, dirm@emop.rj.gov.br ou, alternativamente, para licitacao.emop@gmail.com, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, até o dia anterior à realização desta Licitação.

- a) O licitante examinará as interferências que porventura na área onde serão realizados os serviços, devendo visitar o local da obra, até o último dia útil da data anterior para a sessão inaugural do certame. Conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução deles, a realização da vistoria previa no local será realizada através dos seus representantes técnicos devidamente habilitados.
- b) Não há obrigatoriedade da visita ao local, todavia isto não exime o licitante da apresentação da Declaração que foram obtidas todas as informações julgadas necessárias para elaboração da proposta, sendo entregue pela proponente quando da apresentação da habilitação técnica.

23. OBRAS CIVIS

Disposições Gerais

- a) O suprimento de água, energia e telefone para todos os fins, bem como o afastamento e disposição final de águas residuais e metralhas serão de responsabilidade da contratada. O abastecimento de água ao canteiro será efetuado, obrigatoriamente, sem interrupção, mesmo que o CONSTRUTOR tenha que valer de caminhão pipa.
- b) A ligação de energia elétrica ao canteiro obedecera, rigorosamente, as prescrições da concessionária local. Os ramais e sub-ramal internos serão executados com condutores isolados por camada termoplástica, corretamente dimensionada para atenderas respectivas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

demandas dos pontos de utilização.

- c) As emendas de fios e cabos serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fita isolante, não sendo admitidos fios desencapados, Todos os circuitos ditados de disjuntores termomagnéticos.
- d) Cada máquina e equipamento receberão proteção individual, de acordo com respectiva potência por disjuntor, fixado próximo ao local de operação.

Limpeza e Retirada de Material

- a) Serão removidos todos os materiais imprestáveis e entulho que se encontrem no terreno e na edificação, devendo permanecer contêiner no canteiro de obra.
- b) Em hipótese alguma o CONSTRUTOR poderá remover quaisquer materiais sem a autorização por escrito no livro de obra. Tal autorização só terá validade quando emitida pela FISCALIZAÇÃO.
- c) Deverá ser prevista a limpeza e remoção dos entulhos de obra ao longo de todo o tempo de serviço. Mantendo assim a obra limpa e segura conforme as recomendações em Norma(NR 18).

24. RECEBIMENTO DA OBRA

Regras Gerais

Cabe ao CONTRATANTE comunicar, por intermédio da fiscalização, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura e nota fiscal correspondente, conforme contrato.

Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo neste caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com as parcelas restantes.

Recebimento Provisório



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

O recebimento de obras e serviços deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e acompanhamento do Contrato, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

O recebimento provisório é o que se efetua, em caráter experimental relativamente a totalidade da obra ou serviço executado após realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

Imediatamente após o recebimento da notificação do contratado sobre a conclusão do objeto do contrato ou após o registro da conclusão no Diário de Obra no caso da obra, a fiscalização deve vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pelo contratado todas as condições contratuais, observando que:

Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data. Comunicando ao contratado;

a- Em caso de não conformidade, a fiscalização deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação. O contratado deve ser notificado, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a fiscalização ou Comissão de Recebimento deve:

- b- Lavrar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias respectiva solução, remetendo-o à Divisão Operacional da EMOP, que dará conhecimento ao setor responsável pela realização de compras e contratações;
- c- Solicitar ao contratado a fatura porventura entregue para pagamento, com informações dos motivos de sua rejeição.
- d- Solicitar ao contratado, por escrito, a respectiva regularização.

O contratado deve sanar todas as falhas apontadas, submetendo a nova verificação a etapa impugnada.

O recebimento provisório só pode ser finalizado após finalizar a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias.

Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se o contrato tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

Recebida definitivamente a obra ou serviço de engenharia, a responsabilidade do CONTRATADO pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste por 5(cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Código Civil Brasileiro.

Caso tenham sido sanados os defeitos ou imperfeições observadas após 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fiscalização deve solicitar a formação de Comissão de Recebimento Definitivo, ou a indicação de engenheiro ou arquiteto.

25. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A contratada deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Memorando de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição:

- a) O Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes;
- b) O visto do CREA-RJ, caso o Licitante seja de outro Estado da Federação.
- c) As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela EMOP, justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com o Projeto Básico.
- d) As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos *croquis* de cálculo das quantidades



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

medidas) com identificação dos locais da sua realização.

- e) Caso haja necessidade de acréscimo no item “Administração Local”, decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser considerada para efeito de medição/pagamento a parcela aditivada individualmente nos acréscimos de valores/serviços.
- f) Para fins da medição dos serviços, o item “administração local” deverá ser cobrado na proporção do percentual da execução das obras.
- g) Os serviços de ensecadeira, escoramento e esgotamento de vala somente serão executados após detalhado levantamento de dados sobre o terreno, especialmente sondagens e ensaios, de modo a constatar informações como nível de água, talude natural e índices de suporte, que devem servir de base para a tomada de decisão sobre as soluções técnicas mais recomendadas, bem como, as quantidades de serviço envolvidas, devendo-se anotar em diário de obras as condições executivas observadas no canteiro.
- h) A medição do item de transporte deverá indicar a origem, o destino, o percurso e o equipamento utilizado.
- i) Não serão aceitas solicitações para alterações nas velocidades de transportes, após a realização da licitação. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos. Somente serão aceitas solicitações para alteração das velocidades de transporte, após a realização da licitação, no caso de impedimento à execução do objeto em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo ser esta modificação tecnicamente demonstrada e justificada.
- j) A Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, após a medição, entregará ao Contratado o cálculo da medição, para fins de faturamento.

26. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS E NORMAS

A Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), recomenda e adota como diretrizes gerais para a execução de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação das edificações sob administração desta o Manual de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Obras Públicas - Edificações da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio da União – SEAP.

Os materiais a serem empregados, as obras e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- 1- As normas e especificações constantes deste caderno;
- 2- As normas da ABNT;
- 3- As disposições legais da União e do Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- 4- Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 5- As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 6- As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 7- As normas regulamentadas do Ministério do Trabalho;
- 8- As práticas do SEAP - projeto, execução e manutenção;
- 9- Para elaboração das estratégias sustentáveis deverão ser seguidos os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável);

Todos os projetos específicos a serem elaborados pelo contratado devem considerar a complexidade e a multiplicidade dos fatores acústicos, térmicos, elétricos e de segurança, integrando-se com os projetos básicos fornecidos pela EMOP para garantir a qualidade e segurança do ambiente interno e externo do respectivo prédio. Os projetos devem fornecer subsídio para a perfeita execução da obra. Os projetos devem proporcionar as pessoas a devida segurança e conforto ambiental para que os usuários possam enxergar sem esforço, ouvir com clareza e sentir-se confortável.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos deverão ser comunicados previamente à fiscalização e não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar ou executar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários sem autorização da fiscalização. Considerar-se a o CONTRATADO como competente para executar os serviços em questão e que. Por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícito e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas e equipamento.

Os casos não abordados no Projeto Básico serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

No caso de divergências de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentaria e, por último, dos desenhos, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

Os equipamentos que o CONTRATADO levar para o canteiro, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

As marcas e produtos, por ventura indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

A similaridade indicada e em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pelo CONTRATO, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para o CONTRATADO.

Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar ao CONTRATADO a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativo aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pelo CONTRATADO sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pelo CONTRATADO, as amostras serão cuidadosamente conservadas no canteiro de obras, até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

Caberá ao CONTRATADO executar, na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos específicos. Tais testes serão executados de acordo com as normas pertinentes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

O CONTRATADO deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pelo CONTRATADO, as suas expensas.

A remoção de todo entulho gerado na obra para fora do canteiro e para local permitido pelo Governo Estadual e/ou Municipal será feita pelo CONTRATADO e o pagamento realizado em item específico da planilha orçamentaria.

O CONTRATADO será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do PRÉDIO e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, as suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando conforme seu estado original.

No caso em que o CONTRATADO venha, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando conforme estado original.

Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção até sua definitiva aceitação.

As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam o CONTRATADO do cumprimento de outras disposições legais, federais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de matérias inaceitáveis na execução dos serviços.

O CONTRATADO cuidar para que as obras a serem executados acarretem amenos perturbação possível aos serviços públicos, as vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao terreno do Teatro João Caetano.

Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perda e danos e indenizações oriundas de danos causados pelo CONTRATADO serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidaria ou subsidiaria por parte do CONTRATANTE.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

O CONTRATADO deve cuidar para que o transporte de cargas especiais (se for o caso) seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao terreno, serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compartilhar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.

Se o CONTRATADO necessitar deslocar pelo terreno qualquer equipamento completo ou em partes, que possa acarretar danos as vias públicas – pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras instalações, deverá comunicar o fato a FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providencias que pretende adotar para proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando o CONTRATADO responsável pela efetivação de todas as providencias necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidade privadas e a pessoa físicas envolvidas.

Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao preposto do CONTRATADO.

A equipe técnica do CONTRATADO responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra.

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica do CONTRATADO, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

Os representantes da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso as obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados, materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

Todas as atividades que ocorrerem fora do horário padrão de execução de serviços deverão ser precedidas de autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, registrada no Diário de Obras.

O CONTRATADO interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- 1- Assim estiver previsto e determinado no Contrato
- 2- For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

acordo com o projeto.

- 3- Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato.
- 4- Houver alguma falta cometida pelo CONTRATADO, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
- 5- A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra.

O CONTRATADO cuidar para que todas as partes do canteiro de obras e a própria obra permaneçam sempre limpas e organizadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Devera ainda promover a coleta seletiva dos resíduos (entulhos) para reciclagem e instalar sistema de retenção de materiais particulado nos acessos ao canteiro.

As instalações deverão apresentar sempre bom aspecto. Não sendo admitidas construções desalinhadas, desleixo, barracões que não inspirem segurança e que sejam desconfortáveis a vista e ao uso.

Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pelo CONTRATADO aos usuários das instalações na obra serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá ao CONTRATADO fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão de obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório as obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado,

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade do CONTRATO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiro, entre outros.

Não será permitido que o pessoal do CONTRATADO permaneça no canteiro fora dos horários de trabalho definidos.

Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, o CONTRATADO deverá solicitar previamente a FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

O impedimento de realização de processos de industrialização na obra, apontado pela FISCALIZAÇÃO, não acarretará acréscimos aos preços propostos, sejam decorrentes de transporte, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza, aumento de mão de obra ou quaisquer outros.

Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários, visto que já deverão estar previstos em seus preços unitários.

O CONTRATADO fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transportes e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão das obras, sejam eles definitivos ou temporários, os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

Também serão de responsabilidade do CONTRATADO todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos descritos nesse documento.

Considera-se sempre que o CONTRATADO dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto. Os quais deverão mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato que celebra. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

O CONTRATADO deve elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra que entenderem necessário para a conclusão do serviço de acordo com a especificação técnica.

O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a obra será sempre facultado, intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO.

É de competência do CONTRATADO registrar no Diário de Obra as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente ao serviço em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

A abertura do diário de obra deverá ser feita juntamente com a Fiscalização no dia de início dos serviços. Será tolerado um prazo máximo de 48 horas, em caso excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obra durante a execução do objeto, a partir desse poderão ser aplicadas as sanções previstas no Edital.

As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionário, utilização de veículos entre outros, que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentaria serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central do CONTRATADO e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços.

De acordo com as condições de Edital, serão incorporadas nos preços dos serviços, além das despesas com fornecimento dos materiais e da mão de obra essenciais a execução dos serviços, todas as decorrentes do emprego, aplicação ou utilização de:

- 1- Ferramentas manuais, elétricas ou não;
- 2- Ferramentas de corte e/ou desbaste;
- 3- Andaime, exceto facheiros;
- 4- Escoramentos;
- 5- Outros serviços auxiliares necessários e não individualizados como itens de custo próprio na Planilha Orçamentaria.

Deverão ser incorporados nos preços dos serviços, quaisquer que sejam, as perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, inclusive mão de obra.

Nas hipóteses de sinistro, abandono da obra, falência do CONTRATADO ou rescisão unilateral, os valores dos insumos que porventura já tenham sido adquiridos pela EMOP, por força de contrato anterior, devem ser suprimidos ou disponibilizados, no que couber, e pelos seus valores atuais, dos contratos posteriores firmados para continuação da execução do objeto da licitação.

27. PRODUTOS E SUBPRODUTOS VEGETAIS

Os produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira aplicados na obra deverão ser provenientes de empresas que pratiquem o manejo sustentável, devidamente cadastradas e fiscalizadas pelo IBAMA e/ou com certificado de instituição reconhecidas por ele. Tais produtos englobam as madeiras em toras, toretes, postes não imunizados,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

escoramentos, palanques roliços, dormentes estacas e mourões, formas. Lascas, pranchões desdobrados com motosserra e madeira serrada sob qualquer forma, faqueadas ou em lâminas.

O CONTRATADO fica obrigado a apresentar as notas fiscais expedidas na compra dos subprodutos florestais utilizados na obra, sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, discriminando produto e quantidades em metros cúbicos, bem assim o número do Documento de Origem Florestal-DOF, Guias Florestais e/ou outros eventualmente criados para controle de produtos e subprodutos florestais, relativos a respectiva operação de venda.

Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, eficiência energética e a especificação de produtos certificado ambiental, sempre que possível e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado.

EQUIPAMENTOS

Todos os equipamentos a serem fornecidos e instalados no **Conjunto Habitacional Guanabara, localizado entre as Ruas Calama, São Gordio, Arrojado e Santo Anselmo – Todas em Guadalupe - RJ**, deverão possuir etiquetas Classe A do Selo Procel de Economia de Energia, O Selo Procel, tipo A, é um produto desenvolvido e concedido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com sua Secretaria-Executiva mantida pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobrás.

ORGANIZAÇÃO LIMPEZA E SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS

O CONTRATADO cuidará para que todas as partes do canteiro de obras e da própria obra permaneçam sempre limpas e organizadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Devera ainda promover a coleta seletiva dos resíduos (entulhos) para reciclagem e instalar sistema de retenção de material. Será obrigatório a apresentação do comprovante de destinação dos resíduos emitido pelo aterro sanitário credenciado pelo Órgão competente.

As instalações deverão apresentar sempre bom aspecto, não sendo admitidas construções desalinhadas, desleixo, barracões que não inspirem segurança e que sejam desconfortáveis a vista e ao uso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pelo CONTRATADO aos usuários das instalações na obra serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do trabalho do Ministério do Trabalho.

PROCESSOS RUIDOSOS E MATERIAIS / RESÍDUOS PERIGOSOS

Não poderão ser realizados na obra processos industriais que empreguem produtos ou produzam e/ou desprendam resíduos corrosivos ou tóxicos sólidos, líquidos, pulverizantes ou gasosos que sejam origem de ruídos que causem incomodo a obra ou a vizinhança.

São inaceitáveis na obra:

- a- Decapagem ou limpeza química de metais
- b- Qualquer processo de eletrodeposição química;

Processos industriais ruidosos, a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, poderão ser empregados na obra desde que o local onde se desenvolvam sejam providos de tratamento acústico para os níveis de ruído extremo junto ao elemento divisor

Sejam inferiores:

- a- 85 db em frequências abaixo de 100Hz;
- b- 75 db em frequências entre 100 a 500Hz;
- c- 70 db em frequências entre 500 e 1000Hz
- d- 65 db em frequências acima de 1000HZ

O impedimento de realização de processos de industrialização na obra, apontado pela FISCALIZAÇÃO, não acarretará acréscimos aos preços propostos, sejam decorrentes de transportes, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza aumento de mão de obra ou qualquer outros.

Também não acarretarão qualquer acréscimo aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários, visto que já deverão estar previstos em seus preços unitários.

28. DIARIO DE OBRAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

É de competência do CONTRATADO registra no Diário de Obra todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro, a abertura do diário de obras deverá ser feita juntamente com a Fiscalização no dia de início dos serviços. Será tolerado um prazo máximo de 48 horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obra durante a execução do objeto, a partir desse prazo poderão ser aplicadas as sanções previstas no Edital.

29. MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E INSTRUÇÃO DE OPERAÇÃO E USO

Ao final da obra, antes da sua entrega definitiva o CONTRATADO deverá apresentar (se for o caso) o Manual de Manutenção e Conservação e as Instruções de Operação e Uso, sendo que a sua apresentação devesse obedecer ao roteiro a seguir:

- a- O Manual de Manutenção e Conservação deverá reunir as especificações dos fabricantes de todos os equipamentos, as normas técnicas pertinentes, os termos de garantia e a rede nacional de assistência técnica, bem como as recomendações de manutenção e conservação de tais equipamentos;
- b- As instruções de Operação de Uso deverão reunir todas as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos equipamentos acerca de seu funcionamento e operação, a fim de permitir sua adequada utilização;

TAPUME

Caso haja será executado com chapa de compensado resinada, cola fenólica, com 6mm de espessura mínima, A altura mínima do tapume 2,20m.

Este deverá ser pintado externamente com no mínimo, duas demãos de tinta acrílica nacor branca. Não será permitida a pintura /impressão de logotipo da empresa no tapume sem previa autorização da FISCALIZAÇÃO.

VALE ALIMENTAÇÃO E VALE TRANSPORTE

Corresponde aos custos relativos à alimentação e transporte dos funcionários, tornando-se,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

no máximo números de operário mensalistas trabalhando continuamente conforme demonstrado no orçamento na obra e com vínculo direto com a contratada para fins de orçamento.

O pagamento desse item ocorrerá por meio de medição mediante comprovação das despesas da empresa com o vale alimentação e transporte, limitado ao valor máximo mensal previsto na planilha orçamentaria.

Os custos de vale transporte e vale alimentação para funcionários de empresas subcontratadas não serão reembolsados, uma vez que é de praxe no mercado que tais custos estejam embutidos no custo dos serviços subcontratados.

LICENÇA, TAXAS E SEGUROS

Este item será considerado na medição em que o CONTRATO tenha alcançado o integral adimplemento de todas as suas obrigações relacionadas em sua proposta para esse item de serviço, desde que atendidas as exigências pertinentes contidas nas especificações técnicas e no edital ART ou RRT, seguros para risco de engenharia e de acidentes do trabalho ou estarão considerados nos custos indiretos conforme o termo de referências.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Todas as despesas administrativas serão medidas e pagas por mês, no caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade do CONTRATADO - o número de meses medidos ao final do contrato ficara limitado ao valor especificado no orçamento da EMOP.

SUBCONTRATAÇÃO

Todos aqueles itens desserviços, bem assim aqueles considerados nos critérios de medição e pagamento, devidamente detalhados, poderão ser subcontratados.

É **vedada** a subcontratação de mão de obra isolada não relacionada a um serviço específico da planilha orçamentaria e dispensada após conclusão.

A listagem das empresas subcontratadas deverá ser formalmente apresentada a FISCALIZAÇÃO, devendo as subcontratadas comprovarem a qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados.

Após o serviço para o qual houve a subcontratação ser encerrado, deverá ocorrer adimplência da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

empresa.

30. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O CONTRATADO deverá seguir rigorosamente as especificações técnicas detalhadas neste Termo Referencia e Planilha Orçamentária e demais anexos do projeto, assim como as normas correspondentes da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS-ABNT.

Para todos os serviços necessários a perfeita execução do objeto tomando como base a planilha orçamentaria e todos os demais serviços que se fizerem necessário para a conclusão do objeto.

Observação: Havendo qualquer discordância entre as especificações apresentadas e as normas da ABNT a Fiscalização deverá ser consultada. O gerenciamento e a fiscalização da contratada caberão aos gestores de contrato, a ser determinado pela EMOP

31. DA POLÍTICA AMBIENTAL

O contratado deve dar preferência aos produtos que reduzam os impactos ambientais, com foco na segurança e saúde dos aplicadores e usuários. Além disso, o contratado deve utilizar materiais que não propaguem chamas e/ou gases tóxicos, observando as condições dos fabricantes e com previa aprovação da EMOP.

Não poderão ser realizadas na obra processos industriais que empreguem produtos ou produzam e/ou desprendam resíduos corrosivos ou tóxicos sólidos, líquidos, pulverulentos ou gasosos, nem que originem ruídos que causem incomodo a obra e a vizinhança.

O CONTRATADO fica obrigado a apresentar as notas fiscais expedidas na compra dos subprodutos florestais utilizados na obra, sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, discriminando produto e quantidades em metros cúbicos, bem assim o número do Documento de Origem Florestal - DOF, Guias Florestais e/ou outros eventualmente criados para controle de produtos e subprodutos florestais, relativos à respectiva operação de venda.

O CONTRATADO deverá seguir os instrumentos Legais do Município do Rio de Janeiro no que se refere à Gestão de Resíduos Sólidos da Construção Civil, em consonância com a Resolução 12.305/2010. Nº 307-20002 do Conama e a Lei Federal Nº 12.305/2010.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

32. GARANTIA

Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 70 da Lei n.º 13.303/2016, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A validade da garantia será equivalente ao prazo de vigência do contrato.

A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

O levantamento da caução contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado de documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.

Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao contratante, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a EMOP se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela contratada, na recomposição das perdas e danos sofridos. A contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, a empresa Contratada deverá complementar, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, o valor da caução para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

33. ORDEM DE INÍCIO

A contratada deverá executar o serviço a partir da “Ordem de Início” a ser emitida pela EMOP.

34. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 145

PROGRAMA DE TRABALHO: 0751.151220434.1025

NATUREZA DA DESPESA: 4490.39.18

35. DOS CUSTOS

Os serviços objeto deste Projeto Básico, foram orçados com base nos preços do Catálogo de referência EMOP de março de 2022. O BDI máximo admitido para o presente serviço é de 18% para os itens padrão e 13% para os itens especiais considerando o orçamento pleno, para o orçamento desonerado o BDI máximo admitido é de 24% e 19% respectivamente.

36. DOS ANEXOS

- Anexo I – Matriz de Risco
- Anexo II - Planilha orçamentária.
- Anexo III - Cronograma físico-financeiro.
- Anexo IV – Acordo de Nível de Serviço
- Anexo V – Relatório Fotográfico de Vistoria

37. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Trata-se de uma contratação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento em virtude de possível desvantagem a administração pública no tocante a fiscalização do contrato, bem como a logística a ser aplicada considerando-se várias contratadas no mesmo local de execução.

38. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Para a execução dos serviços propostos neste documento, caberá a CONTRATADA todas as providências correspondentes à instalação da obra, aparelhamento, maquinário e ferramentas necessários à execução dos trabalhos contratados, inclusive escritório e instalações sanitárias.

Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da CONTRATADA na execução de serviços determinados pela FISCALIZAÇÃO e todo e qualquer dano que venha ser causado nos serviços executados, bem como os encargos impostos por lei, são de responsabilidade da CONTRATADA, respondendo por si e seus sucessores, independente de seguros por ela efetuados.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa pela CONTRATADA desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital, dos projetos, das Especificações Técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes.

A CONTRATADA deverá comunicar por escrito à FISCALIZAÇÃO, quaisquer enganos, dúvidas ou omissão constatadas nas especificações e demais elementos fornecidos para a execução dos serviços. Cabe à FISCALIZAÇÃO analisar e decidir sobre quaisquer alterações daí resultantes e discutir com a CONTRATADA as respectivas implicações.

Todos os elementos existentes sobre as condições locais, constantes deste Termo de Referência não servem de base para transferir à EMOP a responsabilidade da sua conceituação ou de suas conclusões e eventuais imperfeições. É atribuição única e exclusiva da CONTRATADA obter as informações que achar necessárias, a fim de concluir sobre a exequibilidade dos serviços nas condições a que se propuser.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes no Município, Estado e na União.

Todos os casos que não se enquadrem nesse Termo de Referência ou nas normas vigentes da EMOP serão resolvidos conforme as determinações da FISCALIZAÇÃO.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2022.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Assinatura manuscrita em azul, com uma forma fluida e estilizada.

Alex Ferreira Peres Garcia

Assistente I



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

ANEXO I

MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Risco do contrato originado do Termo de Referência deverá obedecer ao seguinte critério.

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamentodo Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar comas consequências desseevento. Comunicar a EMOP-RJ caso existam impactos no prazo e/ou no custo.	EMOP-RJ e CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamentode dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP-RJ, e CONTRATA DA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP-RJ e CONTRATA DA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico dos serviços. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas, tempestivamente.	EMOP-RJ e CONTRATA DA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito.	Atraso no cronograma do Objeto. Paralisação do Objeto.	Necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou rescisão contratual.	EMOP-RJ
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da SEFAZ.	Atraso no cronograma do Objeto. Paralisação do Objeto.	Oficializar à SEFAZ necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagemde prazo ou rescisão contratual.	EMOP-RJ e CONTRATA DA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da Mão de Obra, utilização de EPIs e Organização do local dos serviços	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impeçam a execução do Contrato próprios de riscos ordinários da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

ANEXO II

Planilha Orçamentária e BDI

ANEXO III

Cronograma Físico-Financeiro



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

ANEXO IV

Acordo de Nível de Serviço

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO é o acordo firmado entre o prestador de serviço e o cliente com a condição de que determinado serviço precisa atender para ser considerado satisfatório, estabelecendo critérios objetivos para medir a qualidade e desempenho, apurando consequências para o não cumprimento das condições estipuladas.

1.1) Fica estabelecido entre as partes o Acordo de Nível de Serviço – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

1.2) A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado **no item 4**, os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no Acordo de Níveis de Serviço – ANS serão objeto de glosa na fatura mensal da CONTRATADA, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.3) As situações contempladas pelo Acordo de Nível de Serviço – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

1.4) A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos e as metodologias de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

2.1) Descrição dos Serviços:

O objeto do presente Acordo de Nível de Serviço – ANS é para a **Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ**, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, do Edital de Licitação e de seus anexos.

2.2) Objetivos:

O objetivo principal é a **Reforma no Conjunto Habitacional Preventório, Localizado na Avenida Prefeito Silvio Picanço, 232 - Charitas, Niterói - RJ**, portanto, o objetivo do Acordo de Nível de Serviço – ANS é a continuidade da prestação do serviço com qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato, evitando que haja perda da produção essencial à prestação do serviço à EMOP-RJ.

2.3) Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

A CONTRATANTE, através desta contratação, objetiva restaurar as encostas e evitar possíveis transtornos e perdas materiais e/ou de vidas para a população local e transeunte.

2.4) Comunicação:

As comunicações entre a CONTRATADA e a EMOP-RJ poderão ser realizadas através de e-mail, por telefone, por via presencial, e as mais relevantes deverão ser registradas no Diário de Obras. A CONTRATADA deverá fornecer idênticos meios de contato à CONTRATANTE, isto é, através de e-mail, de telefone de contato ou, ainda, de forma presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATADA

3.1) Da Fiscalização do contrato:

3.1.1) O Fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços contratados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA;

3.1.2) Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

3.1.3) A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, ficando a critério da Fiscalização;

3.1.4) Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5) O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá registrar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do contrato:

3.1.5.1) O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.5.2) A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;

3.1.5.3) Será emitida, pela Fiscalização, decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade.

3.1.6) Em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para atestação e pagamento, o Fiscal do contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço;

3.1.7) A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviço – ANS;

3.1.8) O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para atestação, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados;

3.1.9) Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do contrato juntará a esse documento os termos de notificação produzidos no período e os encaminhará para pagamento.

INDICADOR Nº1



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Prazo para atendimento durante a execução do contrato.

Finalidade: garantir sanar não conformidades ou intercorrências dos serviços relativos à execução do objeto do contrato.

Critério de Medição: tempo decorrido entre a abertura da chamada efetuada por representante da CONTRATANTE e o seu atendimento.

Forma de Acompanhamento: através do registro da abertura do termo de notificação.

Periodicidade: semanal.

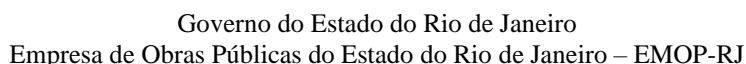
Mecanismo de Cálculo: Cada comunicação será registrada e valorada individualmente.

Critérios de pontuação do Indicador para atendimento às intercorrências	Pontos
Tempo até 6 horas	0
Tempo entre 6 horas (exclusive) e 12 horas (inclusive)	2
Tempo entre 12 horas (exclusive) e 18 horas (inclusive)	4
Tempo superior a 18 horas	6

Critérios de pontuação do Indicador para atendimento das não conformidades	Pontos
Tempo até 3 dias	0
Tempo entre 3 dias(exclusive) e 6 dias (inclusive)	2
Tempo entre 6 dias (exclusive) e 9 dias (inclusive)	4
Tempo superior a 9 dias	6

INDICADOR Nº 2

Para os seguintes itens	Pontos
Manter, em serviço, empregado sem uniforme e/ou identificação, por empregado e por dia.	1
Permitir que o empregado apresente-se com uniforme sujo, rasgado ou em condições inadequadas de uso, por empregado e por dia.	1
Deixar de executar qualquer tarefa constante das obrigações pactuadas ou previstas em lei, para as quais não se comine outra penalidade.	4
Deixar de credenciar junto à CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender, prontamente, a todas as chamadas necessárias para boa execução do contrato.	2
Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo Fiscal do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por dia.	1
Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço, por dia.	1
Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por dia.	1



4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1.1) Soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período multiplicado por 0,5% (zero vírgula cinco por cento). O desconto calculado será aplicado sobre o valor total da fatura mensal, até o máximo de 12% (doze por cento) no período, conforme exemplo a seguir:

Observação: Nos casos de inviabilidade de glosa, o recolhimento da importância devida ocorrerá mediante pagamento de Guia de Recolhimento do Estado do Rio de Janeiro no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da emissão da GRERJ.

60



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ

Observação da CONTRATADA

Indicador do atendimento	Pontos
Mecanismo de cálculo	Cada Ordem de Serviço será valorada individualmente
Início da vigência	Data do início da vigência contratual
Sanções	Desconto sobre o valor total da fatura mensal
Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura da CONTRATADA

ANEXO V

Relatório Fotografico de Vistoria